

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS – UFGD
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E
ECONOMIA – FACE**

**EDUCAÇÃO DE TEMPO INTEGRAL E RENDIMENTO
ESCOLAR DOS ALUNOS: UMA ANÁLISE PARA O ESTADO
DO MATO GROSSO DO SUL**

MAYGDA ALICE DE LIMA

DOURADOS –MS

2014

MAYGDA ALICE DE LIMA

**ESCOLA DE TEMPO INTEGRAL E RENDIMENTO
ESCOLAR DOS ALUNOS: UMA ANÁLISE PARA O ESTADO
DO MATO GROSSO DO SUL**

Trabalho de Graduação apresentado à Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Economia da Universidade Federal da Grande Dourados, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Economia.

Orientador: Dr^a: Juliana Maria de Aquino

Dourados/MS

2014

ESCOLA DE TEMPO INTEGRAL E RENDIMENTO ESCOLAR DOS ALUNOS: UMA
ANÁLISE PARA O ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL

MAYGDA ALICE DE LIMA

Esta monografia foi julgada adequada para aprovação na atividade acadêmica específica de Trabalho de Graduação II, que faz parte dos requisitos para obtenção do título de Bacharel em Economia pela Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Economia – FACE da Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD.

Apresentado à Banca Examinadora integrada pelos professores:

Juliana Maria de Aquino

Presidente

Avaliador: Pedro Rodrigues de Oliveira

Avaliadora: Jaqueline Severino da Costa

DEDICATÓRIA

*Ao meu esposo Wesley, aos meus pais Pedrino
e Luzinete e aos meus irmãos
Flavia (in memorian), Nathalya e Eduardo.*

AGRADECIMENTOS

A Deus pela sua presença em minha vida, por ser meu refúgio nos momentos de aflição, pois sem Ele eu não estaria aqui.

Aos meus pais que sempre presentes me apoiaram em todas as minhas decisões. E em especial a minha irmã Flávia (*in memoriam*) no tempo em que esteve comigo sempre me incentivou.

Ao meu esposo Wesley por ser o meu grande companheiro e suporte durante toda essa caminhada.

À Professora Juliana, minha orientadora, pela atenção dedicada a o conhecimento fornecido para a elaboração desse trabalho.

Aos companheiros de graduação em especial a Marciele que tenho como grande amiga.

Aos professores da UFGD pelo conhecimento transmitido, em especial os professores da FACE.

À Todos meus sinceros agradecimentos.

RESUMO

A educação brasileira, mesmo após avanços, ainda está aquém do nível internacional. No intuito de proporcionar uma educação mais completa ao aluno, o governo federal criou o Programa Mais Educação, programa de ampliação da jornada escolar dos alunos da rede pública. Este estudo tem por objetivo analisar o impacto deste programa sobre o desempenho escolar dos alunos de 8º série, em língua portuguesa e matemática, no estado de Mato Grosso do Sul. Para tanto, foram analisados os dados da Prova Brasil dos anos de 2007 e 2011. A metodologia utilizada compreende o teste de diferença de média e o método de diferenças em diferenças. Os resultados mostram que as escolas participantes do programa não apresentaram uma melhora em suas proficiências médias. Porém, acredita-se que o programa esteja relacionado a benefícios sociais aos alunos participantes.

Palavras-chave: Programa Mais Educação, Desempenho Escolar, Mato Grosso do Sul.

ABSTRACT

The Brazilian education, even with recent advances, still lags behind international levels. Looking for a more complete education, the federal government created the *Mais Educação* program. This program implements full time schools on public education. This study aims to evaluate the impact of this program on 8th grade students' performance on mathematics and portuguese at Mato Grosso do Sul state. For such task we analyzed data from the 2007 and 2011 *Prova Brasil*. The methodology consists of a difference of means test and the difference in differences method. Results show that participant schools did not improve their average performances. However we believe the program is more related to social benefits than to performance improvements.

Keywords: Program More Education, School Performance, Mato Grosso do Sul.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
1.1 DEFINIÇÃO PROBLEMÁTICA	10
1.2 OBJETIVOS	11
1.2.1 Objetivo Geral	11
1.2.2 Objetivos Específicos	12
1.3 JUSTIFICATIVA.....	12
2 REVISÃO DE LITERATURA	13
2.2 PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO	17
3 METODOLOGIA	21
3.1 DELINEAMENTO DE PESQUISA	21
3.2 DEFINIÇÃO DE ÁREA	21
3.3 TÉCNICAS DE COLETA DE DADOS	21
3.4 TÉCNICAS DE ANÁLISE DE DADOS.....	22
4 RESULTADOS	27
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	40
REFERÊNCIAS	41

1 INTRODUÇÃO

A educação é primordial para a sociedade. Ela se inicia com os ensinamentos familiares e, posteriormente, é conduzida para as salas de aula, tendo fundamental importância na formação social do indivíduo. A educação reflete tanto na qualidade de vida individual como daqueles que os cercam, representando um maior crescimento da sociedade.

Desde Adam Smith, pode se verificar a importância econômica da educação. Na obra *A Riqueza das Nações*, ele descreve a importância da especialização do trabalho, visto que esta proporciona aumento na produtividade.

Com o aumento da competitividade, a globalização e uma sociedade baseada no conhecimento, tornam-se cada vez mais recorrentes os estudos relacionados a planos de investimento na educação. Melhorias no nível educacional estão inteiramente relacionadas ao bem estar social e à qualidade de vida, já que a educação pode ser vista como a principal condição individual explicativa da desigualdade de renda.

O Brasil é um país de grandes dimensões territoriais, porém a sua infraestrutura na área da educação ainda deixa a desejar. No ano de 1997, segundo estudo de Barros e Mendonça, o país possuía um atraso educacional correspondente a aproximadamente 10 anos de estudo, se comparado a um país com padrão de desenvolvimento semelhante. Esse atraso reflete no desempenho econômico do país. Ainda segundo os autores, a eliminação desse atraso elevaria a renda per capita de 15 a 30%, diminuiria o crescimento populacional de 10 a 15%, reduziria a taxa de mortalidade de 20 a 25% e poderia elevar o desempenho educacional do país no futuro de 9 a 17%.

No estudo de Barros, Henriques e Mendonça (2000), verifica-se que um ano a mais na média de escolaridade da população eleva em 0,35% a taxa de crescimento anual de renda *per capita* da população.

Segundo Menezes-Filho (2001), o Brasil apresentou uma evolução na área educacional, refletindo positivamente seus impactos sobre o mercado de trabalho. O autor destacou a importância da educação como fator ocasionador de desigualdade de renda, visto que no Brasil é grande a má distribuição educacional, dada tanto por termos regionais, como étnicos, ramo de trabalho e etc.

Ainda segundo Menezes-Filho, indivíduos com ensino fundamental completo ganham em média três vezes mais que os analfabetos. Para pessoas que estão cursando o primeiro ano

de faculdade (12 anos de estudo), o retorno em termos de ganho salarial é seis vezes maior que o rendimento médio dos analfabetos. Os indivíduos com ensino superior completo apresentam um rendimento salarial médio quase doze vezes superior ao grupo sem escolaridade. Portanto, a educação é um dos principais determinantes da desigualdade de renda.

Geradora de externalidades positivas, a educação traz um crescimento de renda *per capita*, que pode, por exemplo, levar a uma redução da taxa de mortalidade. Dessa forma, aumenta-se a eficiência econômica e facilita-se a mobilidade social, exercendo impactos diretos sobre o crescimento da população, ambiente familiar e participação política (BARROS E MENDONÇA, 1997).

A educação, pela ótica individual, eleva os salários. Esse aumento salarial afeta a qualidade de vida tanto do indivíduo como de sua família, já que uma família com maior grau de instrução faz um melhor planejamento familiar, tornando o tamanho das famílias mais reduzidas (BARROS E MENDONÇA, 1997).

Já na ótica coletiva, esses indivíduos provenientes de famílias mais estruturadas terão uma melhor condição educacional, o que fará com que sua condição social seja mais elevada, tendendo, no longo prazo, a uma diminuição do grau de pobreza (BARROS E MENDONÇA, 1997).

Os benefícios gerados pelo aumento do nível educacional são relevantes tanto para o indivíduo como para a sociedade no geral, porém a qualidade da mesma no Brasil ainda precisa evoluir para que esses benefícios sejam cada vez mais expressivos. Esse baixo desempenho pode ser representado a partir de dados das avaliações de desempenho escolar, que mostram quão defasada está a educação brasileira.

No ano de 2007, a partir dos dados do Sistema de Avaliação da Educação Básica, SAEB, pode se observar que, na disciplina de língua portuguesa, apenas 20% dos alunos da oitava série do ensino fundamental possuíam conhecimento equivalente com a respectiva série. Já na avaliação de matemática, o desempenho foi ainda pior, somente 14% dos alunos da oitava série do ensino fundamental atingiram o desempenho equivalente à série escolar cursada.

A formação integral da criança e do adolescente é compreendida como um compromisso não só da escola, mas também da família e da comunidade. Proporcionar uma

ampliação da jornada escolar, com a oferta de ações que envolvam as várias áreas do saber e do desenvolvimento humano e social, levando a participação de outros agentes para atuarem juntamente com a escola, pode favorecer uma educação mais ampla e completa a essas crianças e adolescentes (DOURADO, 2007).

Baseado nesses resultados, conclui-se que o país precisa adotar medidas urgentes para melhorar a qualidade da educação oferecida em suas escolas.

Neste contexto, o presente trabalho visa analisar os efeitos da ampliação da jornada escolar sobre o rendimento acadêmico dos alunos do estado do Mato Grosso do Sul. A partir de uma análise do Programa Mais Educação, programa federal de ampliação da jornada escolar, que começou a ser implantado nas escolas públicas a partir do ano de 2008, onde pretende-se verificar o impacto do programa sobre o desempenho médio das escolas de oitava série em língua portuguesa e matemática.

As informações utilizadas no trabalho serão obtidas a partir dos dados da Prova Brasil, dos anos de 2007 e 2011, base que proporciona informações de todas as escolas públicas e privadas do país. Esta avaliação é bienal e conta com provas que avaliam competências, habilidades e conteúdos nas áreas e séries avaliadas.

Este estudo pretende caracterizar as escolas tradicionais e as escolas que atuam em tempo integral, no estado do Mato Grosso do Sul. Além disso, será realizada uma comparação dos resultados escolares dessas escolas, a partir da técnica econométrica “diferenças em diferenças”.

As informações sobre os grupos de tratamento (escolas de tempo integral) e controle (escolas tradicionais) serão analisadas antes e após a implementação do programa de jornada escolar ampliada. Dessa forma, pretende-se identificar o impacto das jornadas escolares ampliadas sobre a proficiência média em língua portuguesa e matemática.

1.1 DEFINIÇÃO DA PROBLEMÁTICA

O Brasil está entre uma das maiores economias mundiais, porém esse crescimento econômico não tem refletido na mesma proporção no crescimento e qualidade da educação brasileira. O país apresenta um atraso educacional em relação ao nível internacional da educação.

Pode-se observar que ocorreu uma melhora na educação na década de 90, aproximadamente 52% dos ingressantes no Ensino Fundamental não conseguiam concluí-lo na idade certa. Quando conseguiam concluí-lo, o que levava em torno de 12 anos, iam direto para o mercado de trabalho, não cursando o ensino médio. A escolaridade média da força de trabalho era de 5,3 anos (MELLO, 2003).

Ainda segundo Mello (2003), a partir do ano de 2002, 60% dos alunos estavam concluindo o ensino fundamental na idade certa, levando como tempo médio 9,7 anos. A idade de alunos ingressantes no ensino médio caiu de 17 para 15 anos, o que evidencia que os alunos ao saírem do ensino fundamental estão ingressando no ensino médio, chegando a 1 milhão de novos alunos por ano. E a escolaridade média da força de trabalho subiu para 6,4 anos.

Os dados podem mostrar que existem indícios de um avanço na educação brasileira na última década, mas muito precisa ser feito para que a educação pública brasileira possa ser considerada de qualidade e de alcance de todos, levando num futuro a uma maior igualdade social.

Visando o avanço da educação, o governo brasileiro vem implementando a ampliação da jornada escolar, a partir do Programa Mais Educação, que tem por objetivo proporcionar uma educação mais ampla e completa aos alunos.

A partir dessa problemática, este estudo pretende verificar quais os efeitos da ampliação da jornada escolar dos alunos no estado do Mato Grosso do Sul sobre a proficiência média em língua portuguesa e matemática.

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo Geral

O objetivo geral deste estudo é analisar os efeitos da ampliação da jornada escolar sobre a proficiência média dos alunos do estado do Mato Grosso do Sul.

1.2.2 Objetivos Específicos

Pretende-se neste estudo:

- Caracterizar as escolas tradicionais e as escolas que atuam em tempo integral no estado do Mato Grosso do Sul, a partir dos dados da Prova Brasil;
- Comparar os resultados escolares de escolas de tempo integral e escolas tradicionais do estado do Mato Grosso do Sul;
- Avaliar os efeitos do Programa Mais Educação sobre a proficiência média das escolas públicas do estado do Mato Grosso do Sul, a partir da técnica econométrica “diferenças em diferenças”.

1.3 JUSTIFICATIVA

A partir dos dados do INEP, pode-se observar uma melhora acentuada no acesso à escola. O atendimento escolar passou de 89 para 96,4%, no período de 1991 a 2000, para as crianças de 7 a 14 anos, e de 62,3 para 83% para adolescentes de 15 a 17 anos. Porém, a qualidade de ensino não apresentou resultados tão bons quanto à ampliação ao acesso, visto que o Brasil continua apresentando indicadores educacionais abaixo dos padrões internacionais.

De acordo com o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb)¹, índice desenvolvido pelo Inep/MEC, a média para os anos iniciais do ensino fundamental, em todo o país, em 2009, foi de 4,6 pontos. Resultado aquém da média 6,0, que corresponde a um sistema educacional com qualidade semelhante à de países desenvolvidos.

Pesquisas voltadas para o entendimento dos determinantes do desempenho educacional ganham cada vez mais espaço e se fazem necessárias para formulações de políticas educacionais. Nesse sentido, a ampliação da jornada escolar pode ser uma estratégia para uma formação mais completa do aluno, uma formação de qualidade.

No Brasil como um todo, são escassos os trabalhos de economistas relacionados à eficiência da educação integral. E para o Estado do Mato Grosso do Sul, não existem trabalhos que tratam do tema. Essa escassez de estudos dá à pesquisa proposta a oportunidade de trazer resultados importantes e necessários para um melhor entendimento da relação entre

¹Ideb é um indicador de qualidade educacional criado pelo Governo Federal para medir a qualidade do ensino nas escolas públicas do país. Esse indicador combina informações de desempenho em exames padronizados, como a Prova Brasil, obtidos pelos estudantes ao final das etapas de ensino.

Escola de Tempo Integral e desempenho educacional dos alunos. Em outras palavras, esse estudo contribui com informações úteis para a expansão desse debate.

2 REVISÃO DE BIBLIOGRÁFICA

Ao longo do tempo, a escola tem sido forçada a assumir compromissos e responsabilidades educacionais muito maiores do que a tradição da educação pública brasileira. Enquanto era privilégio de poucos, a escola tinha por essência a instrução escolar. Dessa forma, eximia-se a escola de qualquer outra atribuição que não fosse transmitir o conteúdo pertinente à série escolar, devido à precária formação dos educadores e a falta de instalações adequadas. A escola foi se transformando em uma escola omissa, em que grande parte das crianças a qual a ela chegassem eram excluídas (CAVALIERE, 2002).

Ainda de acordo com Cavaliere (2002), nos dias atuais, têm-se observado um processo de reação para mudar essa realidade. Atribuindo à escola trabalhos tipicamente não escolares, que são imprescindíveis para o bom funcionamento da mesma. Foram incluídas atividades voltadas para a saúde, alimentação e higiene.

Tratar do tema educação integral não é simples, visto que não existe um consenso nas definições do tema, como o espaço e tempo, a relação entre a escola e a comunidade e a formação de educadores. Todas essas questões são relevantes ao se tratar da educação integral.

Segundo Hora e Coelho (2004), a educação integral na prática é um amplo conjunto de atividades diversificadas, que incluem os conhecimentos gerais: como a cultura, as artes, a saúde, os esportes e o trabalho. Contudo, para que se complete essa formação é necessário que essas práticas sejam trabalhadas em uma perspectiva crítica e emancipadora.

Tratando de escola de tempo integral, deve se considerar a questão da variável tempo (ampliação da jornada escolar), e o próprio espaço da escola, como o local dessa extensão de tempo. Variáveis essas que não podem ser consideradas neutras. Segundo Viñao-Frago (2000): “[...] esses lugares e tempos são determinados e determinam uns ou outros modos de ensino e aprendizagem. [...]. Em síntese, o espaço e o tempo escolares não só conformam o clima e a cultura das instituições educativas, mas também educam (VIÑAO-FRAGO, p. 99, trad. dos autores, apud PESSANHA; DANIEL e MENEGAZZO:2004, p. 65).”

Educação integral não se trata de um simples aumento do que já é ofertado, mas sim de um aumento quantitativo e qualitativo. Gonçalves (2006) considera quantitativo, devido ao número maior de horas, com uma diversificação de atividades. E qualitativo, por que todo o período escolar estará revestido de caráter exploratório, vivencial e proporcionará o envolvimento de todos na relação de ensino aprendizagem.

A educação integral, em termos de política pública, tem por ideia oferecer maiores oportunidades de formação e enriquecimento curricular, como direito de aprendizagem das novas gerações.

De acordo com Gonçalves, (2006), as classes médias e altas têm meios de proporcionar uma educação ampliada para seus filhos, matriculando-os em instituições de ensino privado. Essas instituições privadas podem funcionar como uma jornada escolar ampliada, ou com uma suplementação do horário escolar (por meio de cursos de idioma, práticas de atividades físicas, atividade artísticas e outros). Meios esses que grande parte da população não pode participar, perpetuando a desigualdade educacional.

Uma ampliação da jornada escolar somente será relevante se considerarmos que uma ampliação do horário proporcionará uma ampliação de oportunidades e situações que promovam aprendizagens significativas e emancipadoras (GONÇALVES 2006).

A educação integral se baseia no encontro entre tempo e qualidade e qualidade com tempo. “Educação se dá em tempo integral, na escola, na família, na rua, em todos os turnos, de manhã, de tarde, de noite, no cotidiano de todas as nossas experiências e vivências.” (GADOTTI 2009, p22).

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996), a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

O Brasil tem se encaminhado para ampliação da jornada escolar. A LDBN/1996 determina que o período escolar tenha a duração mínima de quatro horas em sala de aula e podendo ser progressivamente ampliado o tempo de permanência na escola, o que é um procedimento facultativo.

No ano de 2007, foi criado o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), integrante do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), que serviu como um facilitador para o avanço da ampliação da jornada escolar. O Fundeb distribuiu recursos por aluno matriculado na educação básica, sendo esta distribuição diferenciada tanto para os diferentes níveis e modalidades de ensino, quanto para a extensão do tempo escolar.

Um estudo realizado pelo MEC (2009) constatou que, nos últimos anos, ocorreu um aumento considerável do número de municípios que ampliaram a jornada escolar, porém este percentual de municípios tem muito a avançar. A pesquisa revelou que esse processo continua em movimento e os seus desafios são muitos. O número de experiências de jornada escolar ampliada, em nível nacional, é significativo, contudo, percebe-se que essas experiências ainda não atingem todos os alunos dos municípios.

A Educação Integral constitui ação para garantir proteção e desenvolvimento integral às crianças e aos adolescentes que vivem na contemporaneidade marcada por intensas transformações. Transformações estas no acesso e na produção de conhecimentos, nas relações sociais entre diferentes gerações e culturas, na forma de comunicação, na maior exposição aos efeitos das mudanças em nível local e regional (MEC, 2009).

Para Menezes-Filho (2009), o contraturno escolar pode dar certo no Brasil, pois segundo o autor, o número de horas-aula pode ser considerado relevante para o desempenho dos alunos, mas para isso deve se estruturar o tempo integral nas escolas públicas brasileiras.

De acordo com Filho e Pessoa (2010), a qualidade da educação, medida a partir do desempenho dos estudantes em testes de matemática e ciências, é muito importante para o crescimento, constituem, provavelmente, a via mais promissora de pesquisa. Educação não é o governo prover escolas para que os alunos sentem-se nos bancos escolares. É necessário que os alunos adquiram domínio de um conhecimento e de um conjunto de técnicas.

Segundo Pereira (2011), a educação é uma das formas mais relevantes de se levar melhoria de vida às pessoas. Devido a isso, é importante que ela seja levada principalmente às pessoas que estão em piores condições sociais, visto que a falta de estrutura, tanto material como imaterial, é o principal obstáculo para o desenvolvimento. Portanto, é impossível melhorar a educação sem se passar pela escola, sendo este o principal lugar para ascender à mobilidade social.

O Brasil tem mostrando grandes iniciativas para a melhoria e o desenvolvimento da educação no país. O governo tem aumentado o financiamento das escolas que optam por ofertar o contraturno, por meio do Programa Mais Educação, porém o país ainda continua com um desempenho criticável, muito ainda precisa ser trabalhado para o que o país apresente bons índices educacionais (PEREIRA, 2011).

Existem alguns estudos que tratam do tema utilizando métodos econométricos. Com relação aos resultados apresentados pela ampliação da jornada escolar, ocorrem variações nos resultados.

Em estudo realizado por Oliveira (2010), os recursos escolares tiveram impacto sobre o desempenho escolar. O efeito estimado da ampliação da jornada escolar de quatro para cinco horas foi de 8,3. Ou seja, um acréscimo de 8,3 pontos na proficiência média em matemática, para alunos da 4ª série do ensino fundamental.

Franco (2008) verificou que, em escolas públicas, onde o governo implantou medidas de incentivo a melhoria escolar (como criação de biblioteca, “TV na Escola”, e computador na área administrativa) o desempenho do aluno tem piorado, o que é conhecido como problema da causalidade reversa. Neste caso, o governo implanta políticas de incentivo, com o objetivo de melhorar a qualidade das escolas que estão indo mal, e estas não apresentam o resultado desejado. Porém, segundo a autora, uma ampliação do tempo de permanência na escola em um período superior a cinco horas aula pode apresentar resultados mais significativos, aumentando o aprendizado dos alunos nas escolas públicas.

De acordo com Aquino (2011), em um estudo realizado em escolas estaduais paulistas, a educação de tempo integral não tem apresentado um resultado significativo. Analisando os resultados de escolas que ingressaram no programa de educação integral e no decorrer do tempo deixaram de praticá-lo, a autora observou que não houve alterações significativas no desempenho escolar na proficiência em matemática. Porém, o mesmo não se repetiu na disciplina de língua portuguesa, onde as escolas que deixaram a jornada ampliada tiveram redução do desempenho escolar.

Os resultados mostram que, na média, os alunos das escolas de tempo integral não apresentaram resultados muito diferentes dos alunos das escolas convencionais. A autora atribui esses resultados ao curto período de análise, ao pouco tempo que é despendido com as atividades relacionadas diretamente às disciplinas de matemática e língua portuguesa, além de

problemas relacionados à falta de materiais, professores e motivação dos alunos (AQUINO 2011).

Ainda não existe um consenso sobre o aumento do tempo de permanência do aluno na escola trazer resultados favoráveis ou não. E é em virtude dessa diversificação de resultados que se dá a relevância deste estudo, que poderá proporcionar uma ampliação desse debate sobre a educação integral para o estado do Mato Grosso do Sul.

2.2 PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO

A educação é um direito de toda criança e adolescente e garantir a manutenção desse direito amplia as possibilidades de conquista dos demais direitos sociais e humanos dessas crianças, adolescentes e jovens.

A escola tem importância fundamental na formação de crianças, adolescentes e jovens. Com o passar dos anos, a escola, além de educadora, também adquiriu a função de protetora. Com o desenvolvimento e ampliação da educação integral pode-se aumentar essas possibilidades de atendimento, incorporando atividades antes não comuns à escola. Para isso é necessário mudanças e melhorias nas escolas públicas que desenvolvem a educação integral, visto que esta requer infraestrutura, formação profissional e projeto pedagógico para seu amplo funcionamento.

De acordo com Educação Integral: texto referência para o debate Nacional, MEC (2009), desde a primeira metade do século XX, encontram-se as primeiras tentativas de implantação da educação integral. Na década de 30 em Salvador, o movimento integralista já defendia a Educação Integral. Na década de 60, foi criado um programa educacional que pretendia ser modelo para todo o país, baseado no modelo de Salvador, porém mais evoluído. Nos anos de 1980 foram construídos prédios escolares cuja estrutura iria abrigar a chamada “Escola Integral em horário Integral”(Ministério da Educação, 2009).

As dificuldades de permanência na escola e a violência estão ligadas às situações de pobreza. Por meio da educação integral, busca-se diminuir a disparidade social ampliando a educação a crianças, adolescentes e jovens, que estejam nessa situação social. Observando as experiências já existentes, pode-se concluir que a Educação Integral se caracteriza pela ideia de uma formação mais completa possível (Ministério da Educação, 2009).

No ano de 2007, foi criado o Programa Mais Educação, pela Portaria Interministerial nº17, com o intuito de ampliar a jornada escolar nas escolas públicas municipais e estaduais, através de atividades de diversificadas áreas, entre elas esporte e cultura (Ministério da Educação, 2009).

O Programa Mais Educação tem atividades realizadas pelos Estados, Distrito Federal, municípios e outras instituições públicas, sendo as atividades oferecidas gratuitamente a crianças, adolescentes e jovens (Ministério da Educação, 2009).

As escolas participantes do programa Mais Educação são escolas estaduais e municipais de baixo IDEB (Índice de Desenvolvimento Escolar Brasileiro) e também escolas localizadas em comunidades com altos índices de vulnerabilidade social, pobreza e violência, gerando nova alternativa de cidadania à população (Ministério da Educação, 2009).

A decisão de participação no Programa Mais Educação cabe as escolas, bastando que estas assumam o compromisso Todos pela Educação², e estejam regulares junto ao Programa Dinheiro Direto na Escola, pela qual os recursos são transferidos (Ministério da Educação, 2009).

O Brasil apresenta uma discrepância no sistema educacional, o que mostra uma grande desigualdade no acesso, permanência e aprendizagem na educação escolar. Dessa forma, o Programa Mais Educação busca diminuir essa discrepância, aumentando o índice educacional brasileiro (Ministério da Educação, 2009).

O Programa Mais Educação, de acordo com o manual Mais Educação Passo a Passo, estima diminuir as desigualdades educacionais por meio da ampliação da jornada escolar. O programa leva em consideração alguns critérios para a definição das escolas atendidas, entre esses critérios estão estudantes em situação de vulnerabilidade social e sem assistência; estudantes que apresentem defasagem educacional com relação à série/idade; estudantes em séries finais de transição onde ocorrem os maiores índices de evasão escolar, estudantes de séries com grande repetência e estudantes que tenham características de líderes positivo (Ministério da Educação, 2009).

² Todos pela Educação: é um conjunto de 28 diretrizes pautadas em resultados de avaliação de qualidade e de rendimento dos estudantes.

Cada escola pode decidir para quantos e quais alunos o tempo integral será disponibilizado, e quais as atividades selecionadas, desde que estejam integrados ao seu projeto político-pedagógico (Ministério da Educação, 2009).

As atividades desenvolvidas no programa Mais Educação foram ordenadas nos seguintes macrocampos de acompanhamento pedagógico: Meio ambiente (enfocando educação para sustentabilidade, criação de horta escolar ou comunitária); Esporte e Lazer (com diversas modalidades de esportes, desde o atletismo até o xadrez); Direitos Humanos em Educação (visando a aprendizagem voltada para a convivência com a diversidade humana); Cultura e Artes (com leitura, música, dança, pintura, artes plásticas e teatro); Inclusão Digital; Promoção da Saúde (com atividades voltadas para alimentação saudável, saúde bucal, educação para a saúde sexual, prevenção das DST, prevenção ao uso de drogas lícitas ou ilícitas e prevenção aos maiores problemas de saúde da região em que está ocorrendo o projeto); Educomunicação (com Jornal e/ou rádio escolar, histórias em quadrinhos, foto e vídeo); Investigação das Ciências da Natureza (feira de ciências, laboratórios e projetos científicos); Educação Econômica (como o empreendedorismo, educação econômica, controle social e cidadania) e o Acompanhamento Pedagógico em língua portuguesa, língua estrangeira, matemática, ciências, história, geografia, filosofia e sociologia. Ao todo são 10 macrocampos, que são constituídos por diversas atividades, e dependendo da escolha, as escolas recebem ou compram conjuntos de materiais para o desenvolvimento de cada uma das atividades (Ministério da Educação, 2009).

A escola deve fazer a implementação do contraturno com a escolha de, no mínimo, cinco atividades divididas em pelo menos três macrocampos, mas obrigatoriamente com uma atividade no macrocampos de acompanhamento pedagógico (Ministério da Educação, 2009).

A escola não seleciona somente uma matéria que se caracteriza como reforço escolar – matemática, português, ciências ou história/geografia – como também outras matérias que poderão proporcionar melhor desenvolvimento do aluno, fazendo-o ter uma maior interação com a escola, estimulando fazê-lo aprender de uma forma mais completa e prazerosa.

As atividades desenvolvidas ocorrerão no contraturno. Elas serão ministradas por profissionais da educação, educadores populares ou monitores, preferencialmente estudantes universitários de formação específica na área da atividade a ser implementada ou pessoas da comunidade com habilidade apropriada, mas sempre através de serviço voluntário (Ministério da Educação, 2009).

Para obter o financiamento – que poderá ser utilizado para ressarcimento de gastos em transporte e alimentação dos monitores; para contratação de pequenos serviços ou aquisição de materiais de consumo; e para aquisição ou requisição de conjuntos de materiais escolares a serem utilizados no contraturno – a escola deve implementar o tempo integral, entendido como turno e contraturno, que totalizem ao menos sete horas diárias, para, no mínimo, 100 alunos. Não há uma obrigatoriedade quanto ao público-alvo, apenas uma série de recomendações, como para que seja implementado preferencialmente na 4ª série/5º ano ou 8ª série/9º ano do ensino fundamental (Ministério da Educação, 2009).

A educação integral é uma política pública em desenvolvimento e também um desafio para os professores e a comunidade. Para o desenvolvimento das atividades do Programa Mais Educação, o governo federal repassa recursos para aquisição dos kits de materiais, contratação de pequenos serviços e obtenção de materiais de consumo e permanente utilizados nos desenvolvimento das atividades. As escolas beneficiadas podem também receber instrumentos para banda fanfarra, rádio escolar e outros, de acordo com as atividades desenvolvidas (Ministério da Educação, 2009).

A educação desempenha um papel indispensável na formação pessoal da criança e do adolescente, e essa importância não se limita ao espaço físico da escola ou do período de aula. A vivência no período escolar com diversas áreas de conhecimento acompanharão jovens, crianças e adolescente ao longo de sua vida, possibilitando-as a enfrentar uma diversidade de situações, e aumentando as suas chances perante a sociedade (Ministério da Educação, 2009).

3 METODOLOGIA

3.1 DELINEAMENTO DE PESQUISA

Neste estudo será analisado o efeito do Programa Federal Mais Educação sobre os resultados escolares dos alunos das escolas públicas do Estado de Mato Grosso do Sul, nas avaliações de língua portuguesa e matemática. Para a análise, serão utilizados os microdados da Prova Brasil dos anos de 2007 e 2011, visando relacionar o desempenho educacional dos alunos do estado de Mato Grosso do Sul e as jornadas ampliadas de ensino.

A Prova Brasil é uma avaliação bienal que conta com provas que avaliam competências, habilidades e conteúdos nas áreas e séries avaliadas – e questionários de alunos e de gestão para avaliar o sistema de ensino e auxiliar, dessa forma, no monitoramento das políticas educacionais. A base de dados escolhida proporciona informações de todas as escolas públicas e privadas do país.

Para identificar efeitos de causalidade entre essas variáveis, pretende-se utilizar o método diferenças em diferenças, que permite uma análise das escolas antes e após a implementação do Programa Federal Mais Educação. Além disso, será realizada uma abordagem descritiva comparativa (teste de diferença de médias) dos resultados escolares das escolas tradicionais e daquelas que atuam em tempo integral.

3.2 DEFINIÇÃO DA AMOSTRA

Serão analisadas as escolas públicas de oitava série do ensino fundamental do Mato Grosso do Sul, participantes ou não do Programa Mais Educação.

3.3 TÉCNICAS DE COLETA DE DADOS

As informações sobre as escolas de tempo integral (grupos de tratamento) que são as escolas participantes do Programa Mais Educação e escolas tradicionais (grupo controle), que são as escolas que continuaram atuando em tempo integral, são analisadas antes e após a implementação do programa de jornada ampliada, a partir da utilização de dados da prova Brasil. Dessa forma, pretende-se identificar o impacto das jornadas escolares ampliadas sobre medidas de desempenho acadêmico.

3.4 TÉCNICAS DE ANÁLISE DE DADOS

A questão central desse estudo é analisar se as jornadas escolares ampliadas contribuem para o aprendizado do aluno. Primeiramente, pretende-se realizar uma abordagem descritiva comparativa (teste de diferença de médias) dos resultados escolares das escolas tradicionais e daquelas que atuam em tempo integral.

A ideia é testar a hipótese da diferença entre as médias de duas populações normais independentes, ao nível de 5% de significância. Onde:

P_1 representa as escolas que atuam em tempo tradicional;

P_2 representa as escolas que atuam em tempo integral;

X_1 é a variável para a população P_1 ;

X_2 é a variável para a população P_2 ;

μ_1 e μ_2 representam as médias de X_1 e X_2 ;

σ^2 é a variância comum de X_1 e X_2 .

Testa-se $H_0: \mu_1 - \mu_2 = 0$, com base em duas amostras aleatórias independentes, uma com n_1 observações de X_1 e outra com n_2 observações de X_2 .

Hipóteses:

H_0 : não existe diferença entre as médias populacionais ($\mu_1 = \mu_2$);

H_1 : a população P_2 apresenta uma média diferente da população P_1 ($\mu_1 \neq \mu_2$).

Ou seja,

H_0 : a escola com turno integral e a escola com período tradicional apresentam o mesmo resultado;

H_1 : a escola com turno integral apresenta desempenho escolar diferente da escola de tempo tradicional.

O teste estatístico é dado pela diferença entre as amostras:

$$t = \frac{\bar{d} - \mu_0}{S_d / \sqrt{n}}$$

em que,

\bar{d} é a diferença entre as médias amostrais;

μ_0 : é a média das diferenças, com $\mu_0 = 0$;

S_d : é o desvio-padrão da diferença entre as amostras;

n : é o número de amostras da população.

Como colocado anteriormente, este estudo pretende caracterizar as escolas tradicionais e as escolas que atuam em tempo integral no estado do Mato Grosso do Sul. Além disso, pretende-se comparar os resultados escolares dessas escolas, a partir do método econométrico “diferenças em diferenças”.

Neste método, as informações sobre os grupos de tratamento (escolas de tempo integral) e controle (escolas tradicionais) serão analisadas antes e após a implementação do programa de jornada ampliada, o Programa Mais Educação.

O método de diferenças em diferenças é baseado no cálculo de uma dupla subtração. A primeira se refere à diferença das médias da variável de resultado entre os períodos anterior e posterior ao programa, para o grupo de tratamento e para o de controle. E a segunda se refere à diferença da primeira diferença calculada entre esses dois grupos.

$$\Delta Y^T = Y_{t=1}^T - Y_{t=0}^T \quad (1)$$

$$\Delta Y^C = Y_{t=1}^C - Y_{t=0}^C \quad (2)$$

Neste método, ao invés de contrastar o grupo de tratamento com ele mesmo, antes e após a implementação do programa, o método vai buscar um grupo de comparação que se pareça ao máximo com o grupo tratado. Os dois grupos estão sujeitos as mesmas influências dos fatores que afetam a variável de resultado dos tratados (proficiência média em língua

portuguesa e matemática).

Sem a aleatorização, não se pode dizer que haja garantias de que a única diferença entre os grupos é a participação no programa, mas o método de diferenças em diferenças, assim como os demais métodos não experimentais, busca mimetizar a situação de aleatorização. Uma característica do método de diferenças em diferenças que ajuda nesse processo é que ele é capaz de levar em conta uma das principais fontes de diferença entre tratados e controles: as características não observáveis dos indivíduos que são invariantes no tempo.

O método de diferenças em diferenças pode ser utilizado com dados seccionais (*cross-section*) repetidos no tempo. São dados temporais calculados para unidades agregadas como escolas, hospitais, setores de atividades, bairros, municípios ou estados. A agregação dos dados normalmente é feita em termos de proporções ou médias das variáveis de interesse para a avaliação.

Seja Y a proficiência média em língua portuguesa e matemática, onde T representa o grupo de tratamento (ou seja, se a escola participa do programa) e C representa o grupo de controle (ou seja, se a escola não participa do programa). Seja $t=0$ o período antes da implementação do programa e $t=1$ o período após a implementação.

Considerando a regressão linear abaixo:

$$Y = \alpha + \beta_1 \text{programa} + \beta_2 \text{depois} + \beta_3 \text{programa} * \text{depois} + \varepsilon$$

A variável *programa* representa a participação da escola no Programa Mais Educação, a variável *depois* assume valor 0 quando $t=0$ (antes da implementação) e valor 1 para $t=1$ (depois da implementação) e a variável *programa*depois* é uma interação das variáveis anteriores, que assume valor 1 apenas para as escolas do grupo de tratamento no período depois da implementação do programa. Pode-se mostrar que o coeficiente β_3 , o qual é associado a interação, representa o impacto do Programa Mais Educação sobre o desempenho médio das escolas nas avaliações de língua portuguesa e matemática.

Para o grupo de tratamento, antes e depois da implementação do programa, têm-se:

$$Y_{t=0}^T = \alpha + \beta_1 + \varepsilon$$

$$Y_{t=1}^T = \alpha + \beta_1 + \beta_2 + \beta_3 + \varepsilon$$

Para o grupo de controle, as equações são dadas por:

$$Y_{t=0}^C = \alpha + \varepsilon$$

$$Y_{T=1}^C = \alpha + \beta_2 + \varepsilon$$

O impacto do programa será dado por:

$$(Y_{t=1}^T - Y_{t=0}^T) - (Y_{t=1}^C - Y_{t=0}^C) = \beta_3$$

O método permite que sejam incluídas variáveis de controle na análise de regressão. Neste estudo, serão utilizadas as seguintes variáveis:

- Características dos professores:
 - Professor Sexo Feminino (gênero do professor): caracteriza a proporção de professores do sexo feminino;
 - Professor até 39 anos (idade do professor): percentual de professores que possuem até 39 anos de idade;
 - Professor de cor branca (raça do professor): descreve qual a proporção de professores brancos nas escolas analisadas;
 - Professor com Ensino Superior (escolaridade do professor): caracteriza a proporção de professores com ensino superior;
 - Professor com Experiência de até 5 anos: proporção de professores com até 5 anos de experiência.

- Características dos diretores:
 - Diretor Mulher (gênero do diretor): identifica se o diretor é do sexo feminino;
 - Diretor branco: identifica se o diretor é de cor branca;
 - Diretor com até 39 anos: identifica se o diretor tem até 39 anos de idade;
 - Diretor com Ensino Superior (escolaridade do diretor): identifica se o diretor tem ensino superior.

- Características das turmas:
 - Turma com idade homogênea: proporção de turmas que são formadas por homogeneidade de idade;

- Turma com rendimento escolar homogêneo: proporção de turmas formadas por alunos que apresentem o mesmo nível de rendimento escolar.
 - Turma com idade heterogênea: proporção de turmas formadas por heterogeneidade de idade;
 - Turma com rendimento escolar heterogêneo: proporção de turmas formadas por alunos que apresentam diferentes níveis de rendimento escolar.
- Características das escolas:
- Não falta professor: identifica se a escola não teve problema com falta de professores;
 - Problemas com arma branca: identifica se a escola apresentou problemas com arma branca;
- Características dos alunos:
- Aluno com dois banheiros em casa (indicador de renda): proporção de alunos que possuem dois banheiros em suas residências;
 - Aluno com empregada em casa (indicador de renda): proporção de alunos que tem empregada trabalhando em suas casas;
 - Moram com até 3 pessoas: proporção de alunos que moram com até 3 pessoas;
 - Alunos que trabalham: proporção de alunos que trabalham.
 - Proporção de meninos (gênero dos alunos): proporção de alunos do sexo masculino;
 - Proporção de alunos brancos: proporção de alunos de cor branca.
- Características das mães e pais dos alunos:
- Mãe com até 4 anos de estudo (indicador de escolaridade): proporção de mães que possuem até 4 anos de estudo;
 - Pais ausentes nas reuniões: proporção de pais ausentes nas reuniões escolares.

4 RESULTADOS

As análises realizadas tratam de 477 unidades escolares, para o ano de 2007, e 524 escolas para o ano 2011, no Estado de Mato Grosso do Sul. No ano de 2011, 71 escolas estavam participando do programa Mais Educação. As informações são provenientes dos dados da Prova Brasil, para alunos de 8ª série da rede pública do Estado de Mato Grosso do Sul. As características da amostra são apresentadas na tabela 1, para o ano de 2007, e na tabela 2, para o ano de 2011.

Com base nos dados, pode-se observar que não existe uma divergência acentuada na proficiência média, tanto de língua portuguesa como matemática, para as escolas participantes e não participantes do programa.

As escolas participantes do programa apresentaram uma melhora no desempenho: em 2007, a nota média para língua portuguesa foi 236,13 e, em 2011, passou para 243,00. Porém, a média das escolas não participantes também aumentou de 2007 para 2011, como pode ser verificado na tabela 1 e na tabela 2.

Tabela 01: Características descritivas das escolas participantes e das não participantes do programa para o ano de 2007, média e desvio padrão.

Variáveis	Escolas participantes do Programa Mais Educação		Escolas <u>não</u> participantes do Programa Mais Educação	
	Média	DP	Média	DP
Participa do Programa	0,14	0,35	-	-
Média Língua Portuguesa	236,13	12,51	237,34	14,64
Média Matemática	246,79	13,29	251,14	16,16
Professor Sexo Feminino	0,69	0,30	0,73	0,27
Professor até 39 anos	0,58	0,32	0,58	0,33
Professor de cor branca	0,44	0,36	0,55	0,33
Professor com Ensino Superior	0,98	0,06	0,98	0,08
Professor com Experiência de até 5 anos	0,61	0,39	0,54	0,34
Diretora Mulher	0,73	0,44	0,62	0,48
Diretor branco	0,46	0,50	0,54	0,49

Continua - **Tabela 01:** Características descritivas das escolas participantes e das não participantes do programa para o ano de 2007, média e desvio padrão.

Variáveis	Escolas participantes do Programa Mais Educação		Escolas <u>não</u> participantes do Programa Mais Educação	
	Média	DP	Média	DP
Diretor com até 39 anos	0,24	0,42	0,23	0,42
Diretor com Ensino Superior	0,97	0,16	0,98	0,13
Diretor com experiência	0,66	0,47	0,98	0,13
Turma com Idade homogênea	0,40	0,49	0,38	0,48
Turma com rendimento escolar homogêneo	0,07	0,26	0,05	0,22
Turma com idade heterogênea	0,08	0,28	0,10	0,30
Turma com rendimento escolar heterogêneo	0,14	0,35	0,13	0,34
Problemas com recursos financeiros	0,27	0,44	0,31	0,46
Não falta professor	0,72	0,44	0,67	0,46
Problemas com arma branca	0,37	0,48	0,35	0,47
Proporção de meninos	0,44	0,10	0,43	0,09
Proporção de alunos brancos	0,29	0,13	0,34	0,11
Aluno com dois banheiros em casa	0,29	0,13	0,33	0,14
Aluno com empregada em Casa	0,09	0,05	0,13	0,08
Moram com até 3 pessoas	0,47	0,11	0,51	0,10
Alunos que trabalham	0,19	0,12	0,20	0,11
Mãe com até 4 anos de estudo	0,09	0,07	0,12	0,09
Pais ausentes nas reuniões	0,05	0,04	0,05	0,05

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da prova brasil.

Tabela 02: Características descritivas das variáveis de tratamento e controle para o ano de 2011, média e desvio padrão.

Variáveis	Escolas participantes do Programa Mais Educação		Escolas <u>não</u> participantes do Programa Mais Educação	
	Média	DP	Média	DP
Participa	0,13	0,34		
Média Língua Portuguesa	243,00	13,97	246,64	16,92
Média Matemática	249,79	13,69	255,03	18,16
Professor Sexo Feminino	0,70	0,31	0,73	0,27
Professor até 39 anos	0,59	0,38	0,55	0,34
Professor de cor branca	0,46	0,38	0,49	0,34
Professor com Ensino Superior	0,99	0,06	0,98	0,07
Professor com Experiência de até 5 anos	0,59	0,35	0,46	0,35
Diretora Mulher	0,72	0,05	0,68	0,46
Diretor branco	0,43	0,49	0,52	0,49
Diretor com até 39 anos	0,23	0,04	0,24	0,43
Diretor com Ensino Superior	0,98	0,01	0,95	0,20
Diretor com experiência	0,15	0,36	0,14	0,35
Turma com Idade homogênea	0,36	0,48	0,30	0,45
Turma com rendimento escolar homogêneo	0,06	0,25	0,04	0,21
Turma com idade heterogênea	0,11	0,31	0,12	0,33
Turma com rendimento escolar heterogêneo	0,13	0,34	0,15	0,35
Problemas com recursos financeiros	0,47	0,50	0,52	0,49
Não falta professor	0,72	0,45	0,74	0,43

Continua - **Tabela 02:** Características descritivas das variáveis de tratamento e controle para o ano de 2011, média e desvio padrão.

Variáveis	Escolas participantes do Programa Mais Educação		Escolas <u>não</u> participantes do Programa Mais Educação	
	Média	DP	Média	DP
Problemas com arma branca	0,18	0,38	0,28	0,45
Proporção de meninos	0,45	0,10	0,46	0,08
Proporção de alunos brancos	0,21	0,09	0,23	0,10
Aluno com dois banheiros em casa	0,26	0,10	0,30	0,13
Aluno com empregada em Casa	0,10	0,06	0,11	0,06
Moram com até 3 pessoas	0,22	0,09	0,22	0,07
Alunos que trabalham	0,17	0,10	0,22	0,10
Mãe com até 4 anos de estudo	0,02	0,03	0,03	0,04
Mãe com ensino fundamental	0,35	0,14	0,35	0,15
Mãe com ensino médio	0,22	0,09	0,20	0,08
Mãe com ensino superior	0,29	0,12	0,27	0,12
Pais ausentes nas reuniões	0,09	0,07	0,09	0,06

No que se refere às características dos professores, para o ano de 2007 (2011), 71% (71,5%) dos professores são mulheres, 58% (57%) dos professores têm até 39 anos de idade, 49,5% (47,5%) dos professores são brancos, 98% (98,5%) dos professores possuem ensino superior (figura 01 e 02) e 57,5% (52,5%) dos professores têm até 5 anos de experiência.

Pode-se observar que é alto o percentual de escolaridade dos professores e, para o ano de 2011, esse percentual apresentou um aumento. Os professores têm aumentado seus anos de experiência: de acordo com os dados, diminuiu o percentual de professores com até 5 anos de experiência indicando, que os professores têm permanecido na carreira docente.

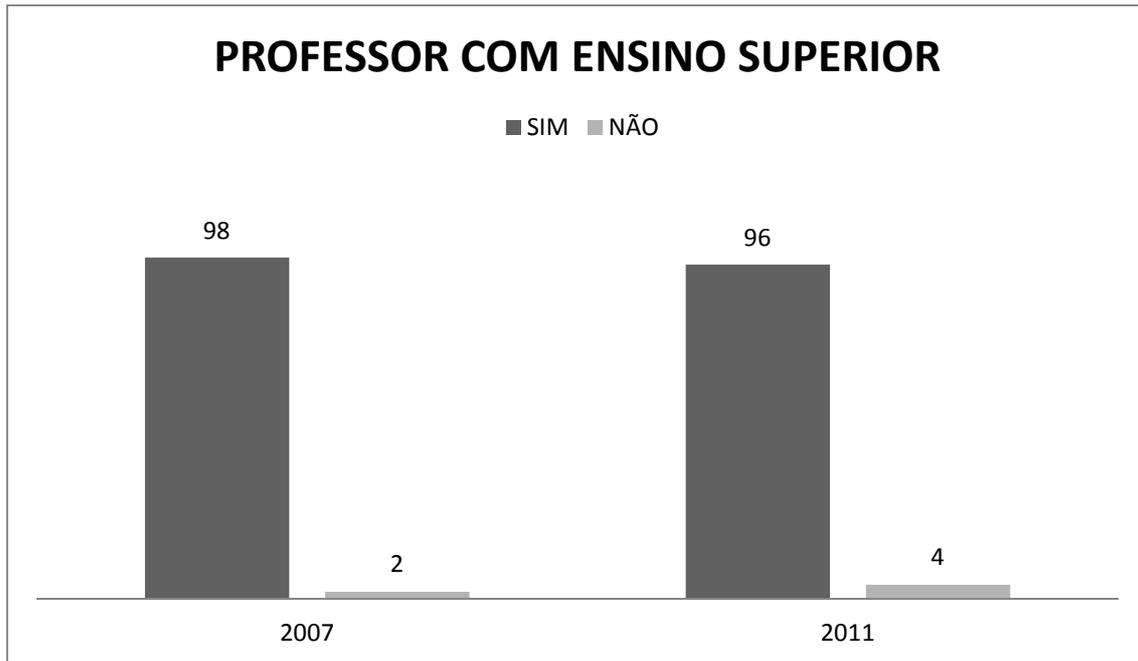


Figura 1–Professor com Ensino superior 2007 e 2011.
Fonte: Elaborado pela autora (2014).

Na caracterização de diretores, para o ano de 2007, 67,5% dos diretores são mulheres, 50% dos diretores são declarados brancos, 23,5% dos diretores têm até 39 anos, 97,5% dos diretores possuem ensino superior e 82% dos diretores já possuíam experiência. Para o ano de 2011, 70% dos diretores são do sexo feminino, 47,5% dos diretores se declararam brancos, 23,5% possuem até 39 anos de idade, 96,5% possuem ensino superior e apenas 14,5% dos diretores disseram já ter experiência. Pode ser observado, tanto para as características dos professores como dos diretores, que as mulheres se identificam mais com a prática profissional da educação.

Com relação ao método utilizado na formação das turmas, pode se observar que, no ano de 2007, apenas 33% das turmas foram formadas por homogeneidade de idade, 6% por homogeneidade no rendimento escolar, 9% com idade heterogênea e 13,5% com rendimento escolar heterogêneo. No ano de 2011, 33% das turmas apresentaram idade homogênea, 5% de rendimento escolar homogêneo, 11,5% de heterogeneidade de idade, 14% de rendimento escolar heterogêneo. As unidades escolares não têm apresentado um grande percentual de padronização para a formação de turmas, dando indícios que para a maioria das escolas não existe critério para essa formação de turmas.

Com relação às características das escolas, no ano de 2007, 29% das escolas apresentavam problemas com recursos financeiros. Em 2011, esse percentual aumentou para 45,9%. No ano de 2007, 69,5% das escolas não tiveram problemas com falta de professor, já

no ano 2011, essa proporção foi 73%. Em 2007, 36% das escolas apresentaram problemas com arma branca e, em 2011, (figura 02) esse percentual caiu para 23% das escolas.

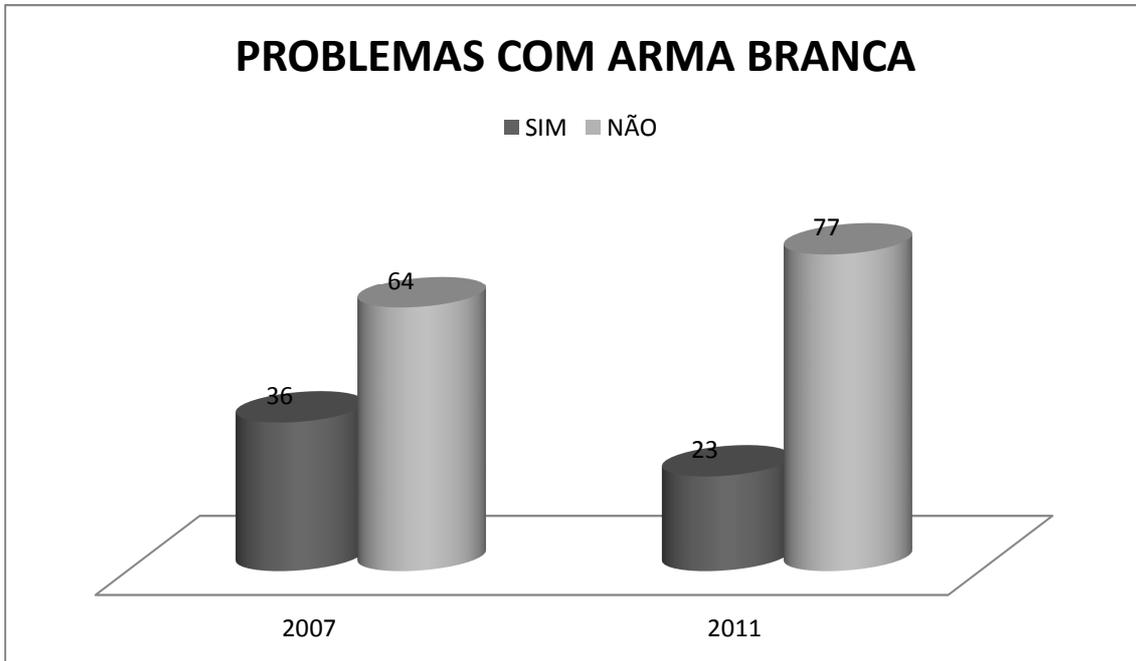


Figura 2–Problemas com arma branca 2007 e 2011.

Fonte: Elaborado pela autora (2014).

A proporção de alunos do sexo masculino, para o ano de 2007, foi de 43,55 e de 45,5% para o ano de 2011, (figura 03). No ano de 2007, 31,5% dos alunos declaravam-se brancos, para o ano de 2011, esse percentual caiu para 22%.

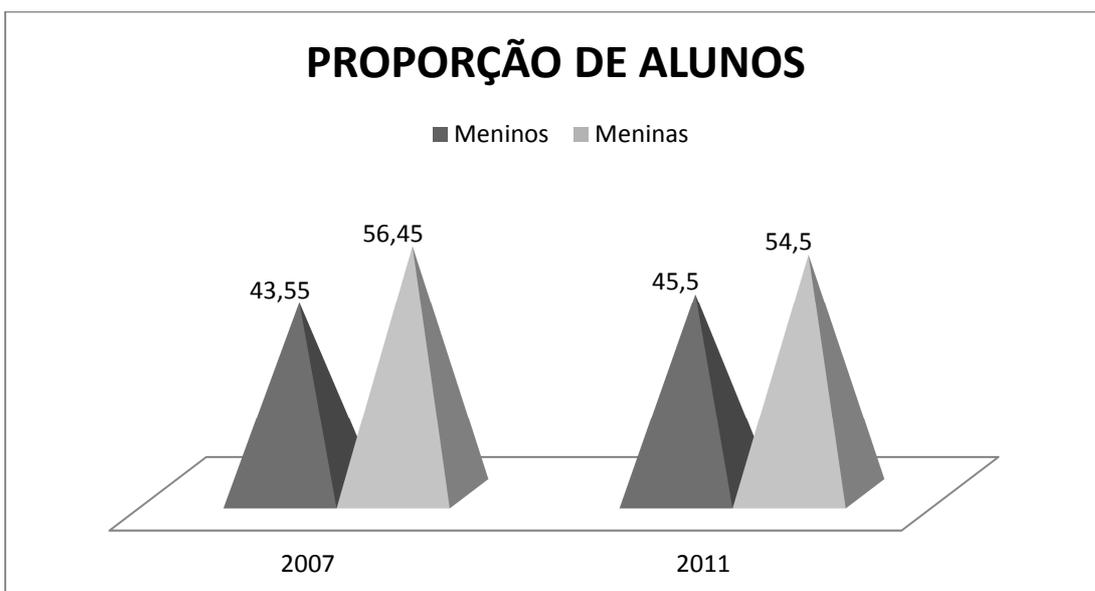


Figura 3–Proporção de alunos 2007 E 2011.

Fonte:Elaborado pela autora (2014).

Para tentar captar a renda familiar dos alunos, foram observadas as variáveis “proporção de alunos cujas casas têm dois banheiros” e “proporção de alunos com empregada em casa”. Os dados mostram que, para o ano de 2007 (2011), 31% (28%) dos alunos residem em casas que tem dois banheiros, 11% (10,5%) deles declaram ter empregada em casa e 49% (22%) moram com até 3 pessoas. De acordo com os dados para captação de renda, considera-se que a renda dos alunos das escolas do Mato Grosso do Sul teve uma redução do ano de 2007 para 2011.

Quanto à escolaridade das mães dos alunos, observou-se, em 2007, que 10,5% das mães dos alunos possuíam até 4 anos de estudo. No ano de 2011, esse percentual foi de 2,5%. Com relação à proporção de pais que nunca participam das reuniões, em 2007, o percentual foi de 5%. Para o ano de 2011, o percentual foi de 9%. No que diz respeito à escolaridade da mãe dos alunos, observa-se que o nível de escolaridade delas vêm aumentando, pois esse percentual apresentou uma considerável queda do ano de 2007 para 2011, um fator positivo, pois mães mais escolarizadas vão buscar uma melhor escolaridade também para seus filhos. Para a proporção de pais que participam das reuniões, pode-se observar que os pais estão mais participativos na vida escolar de seus filhos.

As análises anteriores evidenciaram as características escolares, ao longo do tempo, para todas as escolas. Apresentam-se, a seguir, alguns resultados observados, separadamente, para os dois grupos (escolas participantes e não participantes do programa).

No que tange as características dos professores, para o ano de 2007, para as escolas participantes do programa (não participantes), 69,5% (73%) dos professores eram do sexo feminino. Tanto para as escolas participantes e não participantes do programa, o percentual de professores que tem até 39 anos foi de 58%. Quanto à proporção de professores de cor branca, para as escolas participantes (não participantes) esse número era de 44% (55%). Para os dois grupos de escolas, 98% dos professores possuíam ensino superior. E quanto à presença de professores com até 5 anos de experiência, a proporção foi maior para as escolas que participam do programa. Para o ano de 2011, para as escolas participantes do programa (não participantes), 70% (73%) dos professores são mulheres, 59% (55%) dos professores tem até 39 anos, 46% (49%) dos professores são brancos, 99% (98,5%) dos professores contam com ensino superior e 59% (46%) dos professores tem experiência.

Com relação às características dos diretores, para o ano de 2007, 73% (62%) das escolas participantes do programa (não participantes) são do sexo feminino, 46% (54%) dos

diretores são brancos, 24% (23%) dos diretores tem até 39 anos, 97% (98%) dos diretores tem ensino superior e 66% (98%) dos diretores tem experiência. Para o ano de 2011, para as escolas participantes do programa (não participantes), 72% (68%) das diretoras são mulheres, 43% (52%) dos diretores são brancos, 23% (24%) dos diretores tem até 39 anos, 98% (95%) dos diretores contam com ensino superior e 15% (14%) dos diretores contam com experiência. Do ano de 2007 para o ano de 2011, pode se observar que reduziu consideravelmente a proporção de diretores com experiência, indicando que no período analisado houve uma grande mudança na direção das escolas.

Quanto às turmas das escolas participantes do programa (não participantes), no ano de 2007, 40% (38%) foram formadas por idade homogênea, 7% (5%) formadas por rendimento escolar homogêneo, 8% (10%) formadas por idade heterogênea, 14% (13%) formadas por rendimento escolar heterogêneo. Para o ano de 2011, entre as escolas participantes do programa (não participantes), 36% (30%) das turmas foram formadas com idade homogênea, 6% (4%) formadas por rendimento escolar homogêneo, 11% (12%) formadas por idade heterogênea e 13% (15%) formadas por rendimento escolar heterogêneo.

Com relação às características das escolas, no ano de 2007, para as escolas participantes do programa (não participantes), 27% (31%) apresentaram problemas com recursos financeiros, 72% (67%) não faltam professores, 37% (35%) tiveram problemas com armas brancas, 44% (43%) dos alunos são meninos e 29% (34%) dos alunos são brancos (figura 07). Para o ano de 2011, para as escolas participantes (não participantes), 47% (52%) apresentaram problemas com recursos financeiros, não faltam professores em 72% (74%) das escolas, 18% (28%) tiveram problemas com armas brancas, 45% (46%) dos alunos são meninos e 21% (23%) dos alunos são brancos. No que diz respeito a problemas com recursos financeiros, o percentual de escolas com problemas aumentou do ano de 2007 para 2011, o que pode de forma indireta refletir na educação dos alunos, pois a falta de recursos pode estar ligada à falta de materiais para o pleno desenvolvimento das atividades escolares.

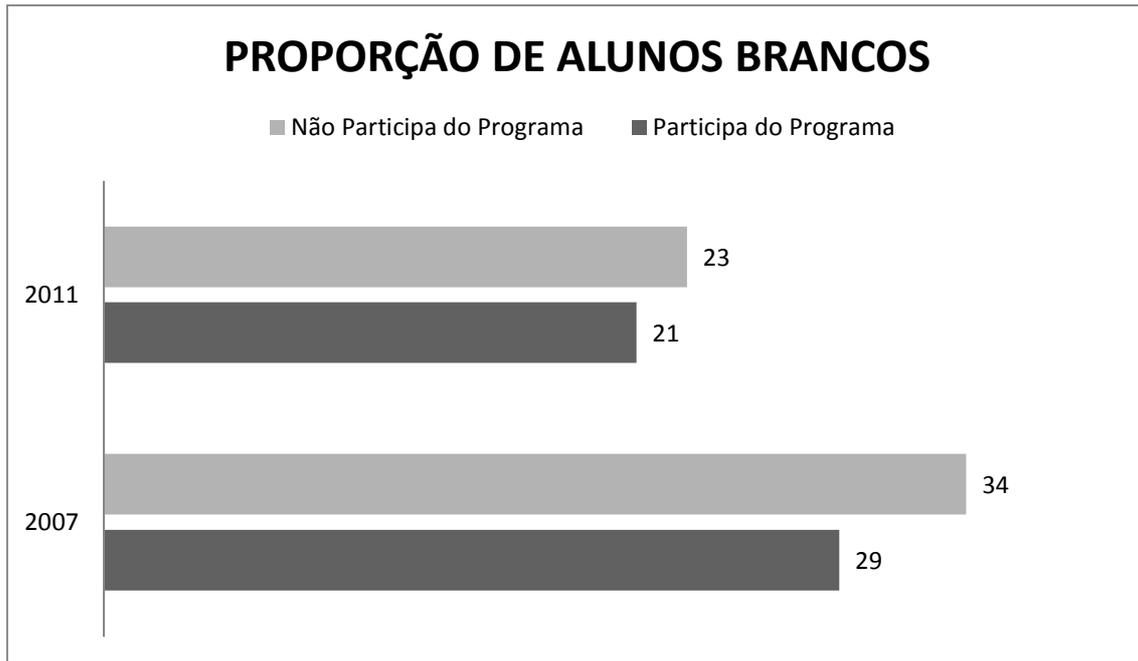


Figura 4 – Proporção de alunos brancos 2007 e 2011.
Fonte: Elaborado pela autora (2014).

Quanto às características dos alunos, no ano de 2007, para os alunos das escolas participantes (não participantes), 29% (33%) dos alunos possuem dois banheiros, 9% (13%) possuem empregada em casa, 47% (51%) moram com até 3 pessoas. O percentual de alunos que trabalham são 19% (20%). Para o ano de 2011, para as escolas participantes (não participantes), 26%(30%) dos alunos contam com dois banheiros em casa, 10% (11%) possuem empregada em casa, 22% (22%) moram com até 3 pessoas e 17% (22%) dos alunos trabalham. Quanto às características para captação de renda, pode-se observar que a renda dos alunos das escolas analisadas apresentou um declínio, visto que a proporção de alunos com dois banheiros e empregada em casa diminuiu no período analisado.

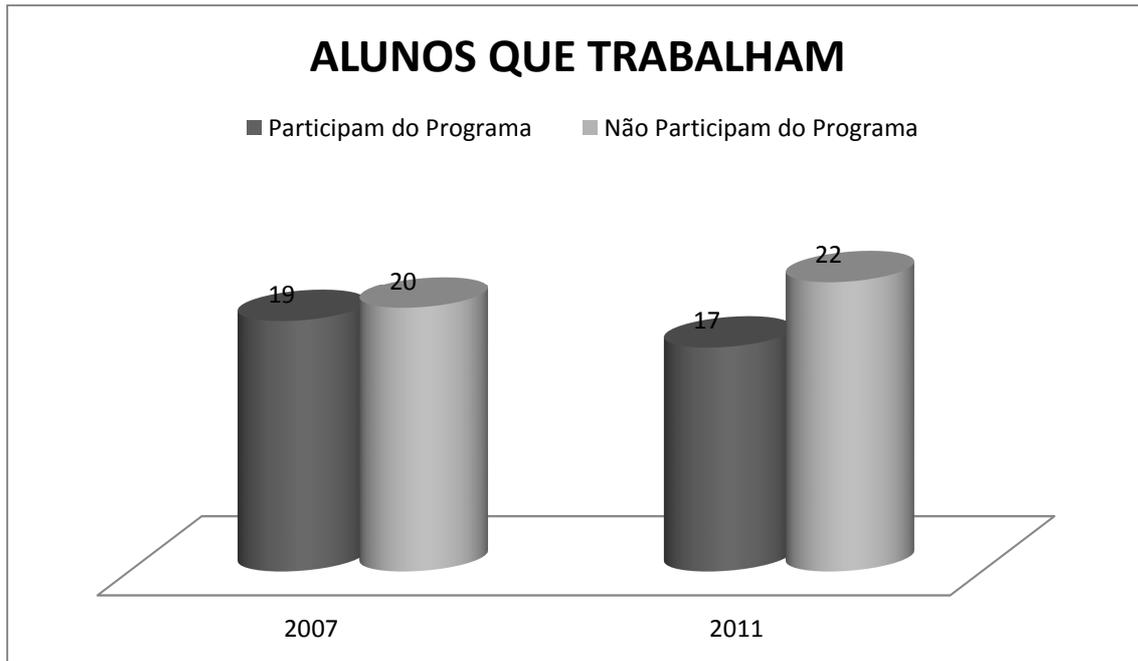


Figura 5 – Alunos que trabalham 2007 e 2011.
Fonte: Elaborado pela autora (2014).

Quanto à escolaridade das mães dos alunos, em 2007, para as escolas participantes do programa (não participantes), 9% (12%) tem até 4 anos de estudo. Para o ano de 2011, 2% (3%) tem até 4 anos de estudo. Para os pais ausentes nas reuniões, o percentual foi de 5%, tanto para as escolas participantes como não participantes, no ano de 2007, e no ano de 2011, esse percentual foi de 9%.

Os dados apresentados na tabela 03 apresentam o teste de diferença de médias, para a proficiência em língua portuguesa. Em 2011, a proficiência média em língua portuguesa foi menor para as escolas participantes do programa, relativamente às escolas não participantes: a diferença foi de 3,64 pontos.

Para matemática (tabela 04), as escolas não participantes do programa apresentaram, em 2011, uma nota média 5,24 pontos acima da média das escolas participantes.

Tabela 03: Impacto do Programa Mais Educação na proficiência média de Língua Portuguesa

Proficiência média em Língua Portuguesa	2007				2011					
	Obs.	Média	I.C (95%)		t	Obs.	Média	I.C (95%)		t
Escolas participantes do programa	69	236,13	-		-0,64	71	243,00	-		-1,72
Escolas não participantes do programa	408	237,34	-		-0,72	453	246,64	-		-1,98
Diferença		-1,21	-4,87	2,46			-3,64	-7,79	0,50	

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da prova brasil.

Tabela 04: Impacto do Programa Mais Educação na proficiência média de Matemática

Proficiência média em Matemática	2007				2011					
	Obs.	Média	I.C (95%)		t	Obs.	Média	I.C (95%)		t
Escolas participantes do programa	69	246,79	-		-2,33	71	249,79	-		-2,11
Escolas não participantes do programa	408	251,15	-		-2,85	453	255,03	-		-2,43
Diferença		-4,36	-8,38	-0,31			-5,24	-9,66	-0,82	

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da prova brasil.

Verifica-se, com base nos dados das tabelas 03 e 04, que existem evidências que o Programa Mais Educação não esteja ajudando a melhorar o desempenho escolar dos alunos. As escolas não participantes do programa já apresentavam um resultado aquém das escolas não participantes para o ano de 2007, e esse resultado se repetiu para o ano de 2011.

Buscando uma melhor análise do efeito do Programa Mais Educação sobre o desempenho escolar dos alunos, conforme mencionado na metodologia deste estudo, será utilizada a técnica de diferenças em diferenças, em que as informações sobre os grupos de tratamento e controle serão analisadas antes e após a implementação do Programa Mais

Educação. Neste método, o coeficiente da interação identifica o efeito do programa sobre o rendimento escolar médio dos alunos. O resultado apresentado na tabela 05 mostra que a interação apresentou um valor negativo de 5,26 pontos, valor estatisticamente significativo. Ou seja, as escolas que participaram do programa tiveram sua proficiência média em língua portuguesa reduzida em 5,26 pontos.

Para a proficiência em matemática (tabela 06), o resultado apresentado, apesar de negativo, é um resultado estatisticamente não significativo para um intervalo de confiança de 95%.

Tabela 05: Impacto do programa Mais Educação sobre a proficiência média nas escolas, para Língua Portuguesa.

	Coeficiente	Erro	T	Probabilidade
Participa do Programa	1,98	1,63	1,22	0,22
Interação	-5,26	2,27	-2,31	0,02
Depois	14,14	1,91	7,44	0,00
Observações	982			
R ²	0,45			

Controle: proporção de meninos, proporção de alunos brancos, alunos com dois banheiros em casa, alunos que moram com até 3 pessoas, alunos que trabalham, mãe com até 4 anos de estudo, mãe com ensino fundamental, mãe com ensino médio, mãe com ensino superior, pais ausentes nas reuniões, diretora, diretor branco, diretor até 39 anos, diretor com ensino superior, diretor com até 4 anos de experiência, turma homogênea de idade, turma homogênea de rendimento escolar, turma heterogênea de idade, turma heterogênea de rendimento escolar, escola com problemas com recursos financeiros, não falta professor, proporção de professores do sexo feminino, proporção de professores de cor branca, professores com ensino superior, professores com experiência de até 5anos.

Fonte:Elaborada pela autora com base nos dados da Prova Brasil

Tabela 06: Impacto do programa Mais Educação sobre a proficiência média nas escolas, para Matemática

	Coefficiente	Erro	T	Probabilidade
Participa do Programa	-0,98	1,82	-0,537	0,59
Interação	-3,56	2,14	-1,66	0,16
Depois	10,28	2,55	4,03	0,00
Observações	982			
R ²	0,39			

Controle: proporção de meninos, proporção de alunos brancos, alunos com dois banheiros em casa, alunos que moram com até 3 pessoas, alunos que trabalham, mãe com até 4 anos de estudo, mãe com ensino fundamental, mãe com ensino médio, mãe com ensino superior, pais ausentes nas reuniões, diretora, diretor branco, diretor até 39 anos, diretor com ensino superior, diretor com até 4 anos de experiência, turma homogênea de idade, turma homogênea de rendimento escolar, turma heterogênea de idade, turma heterogênea de rendimento escolar, escola com problemas com recursos financeiros, não falta professor, proporção de professores do sexo feminino, proporção de professores de cor branca, professores com ensino superior, professores com experiência de até 5 anos.

Fonte:Elaborada pela autora com base nos dados da Prova Brasil

Dessa forma, pode-se dizer que o Programa Mais Educação não teve efeito sobre o desempenho escolar dos alunos, no período analisado. Dado que a nota da Prova Brasil vai de 0 a 500, apenas 5 pontos de diferença não podem representar que o programa tenha efeitos negativos sobre a proficiência média dos alunos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desse estudo foi analisar os impactos do programa Mais Educação, no rendimento escolar dos alunos de 8º série das escolas públicas de Mato Grosso do Sul, para proficiência de língua portuguesa e matemática. Para esse fim foi realizado o teste de diferença de médias, para as escolas participantes e não participantes do programa, e também foi utilizado o método de diferenças em diferenças, para comparar os grupos de tratamento e controle antes e após a implementação do programa.

Os resultados observados mostraram que tanto para língua portuguesa, quanto para matemática o resultado não foi significativo para as escolas participantes, suas médias ficaram a baixo da média das escolas não participantes.

Uma possível explicação seja que as atividades desenvolvidas no tempo extra na escola sejam mais atividades que não estejam diretamente ligadas ao desempenho escolar dos alunos, pois dentro das especificações são diversas as atividades que podem ser desenvolvida no período de permanência do aluno na escola.

Acredita-se que por ser um programa relativamente novo nas escolas avaliadas, os resultados não tenham sido relevantes a implementação do programa. Para estudos posteriores pode ser feita a visita nas escolas que participam do programa para que possa ser verificado se as atividades desenvolvidas nas mesmas estão de acordo com os objetivos do programa.

Mesmo que o desempenho escolar não tem se mostrado superior deve se levar em consideração que atividades artísticas, esportivas, inclusão digital, podem não representar resultado imediatos para o desempenho escolar, mas positivos na inserção social do aluno. Podendo proporcionar ganhos pessoais ao futuro do aluno, evitando que ele se submeta ao trabalho infantil, que na falta de atividades tenha envolvimento com coisas ilícitas e esteja exposta a violência, o que é benéfico para a sociedade como um todo.

REFERÊNCIAS

- AQUINO, J.M. **A ampliação da jornada escolar melhora o desempenho acadêmico dos estudantes?** Uma avaliação do programa Escola de tempo integral da rede pública do Estado de São Paulo. Piracicaba, 2011
- AVALIAÇÃO ECONÔMICA DE PROJETOS SOCIAIS/** Betânia Peixoto... [et al]—1ºed. São Paulo: Dinâmica Gráfica e Editora, 2012.
- BARROS, R.P. e MENDONÇA, R. **Investimentos em educação e desenvolvimento econômico.** IPEA, 1997, (Texto para discussão nº 525).
- BARROS, R.P. , HENRIQUES, R., MENDONÇA, R. **Pelo fim das décadas perdidas: Educação e desenvolvimento Sustentado no Brasil,**IPEA, 2002.(Texto para discussão nº 857).
- CAVALIERE, A. M. V. **Educação Integral: uma nova identidade para a escola brasileira?** Educação e Sociedade, Campinas, 2002.
- DOURADO, L. F. **Políticas e gestão da educação.** *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 921-946, out. 2007
- FILHO, F.H.B. e PESSOÃ, S.A. **Educação e Crescimento: O que a Evidência Empírica e Teórica Mostra?** Revista EconomiA, 2010.
- FRANCO, A.M.P. **Os determinantes da qualidade da educação no Brasil.**São Paulo, 2008.
- GADOTTI, M. **Educação Integral no Brasil: inovações em processo.** São Paulo: Editora eLivraria Instituto Paulo Freire, 2009.
- GONÇALVES, A.S. **Reflexões sobre educação integral e escola de tempo integral.** São Paulo, 2006.
- HORA, D. M. e COELHO, L. M. **Diversificação curricular e Educação Integral.** 2004,Disponível em: <http://www.unirio.br/cch/neephi/arquivos/divercurruceducint.doc>. Acesso em: 08/02/13.
- LEI N. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.**
- MEC/SECAD/DEIDHUC. **Mais Educação passo a passo.** Brasília: MEC, 2009.
- _____. **Educação integral/educação integrada e(m) tempo integral: concepções e práticas na educação brasileira.** Brasília: MEC, 2009.

_____.Educação integral : texto referência para o debate nacional. - Brasília : Mec, Secad, 2009

MENEZES-FILHO, N.A. **A evolução da educação no Brasil e seu impacto no mercado de trabalho.** Instituto Futuro Brasil, 2001.

_____. **Qualidade da Educação.** In.: SICSÚ, João &CASTELLAR, Armando. Sociedade e Economia: estratégias de crescimento e desenvolvimento. Brasília: IPEA, 2009.

MOTA, S. M. C. **Escola de tempo integral:** da concepção à prática.2006. Disponível em: http://www.fae.ufmg.br/estrado/cd_viseminario/trabalhos/eixo_tematico_1/escola_de_tempo_int.pdf. Acesso em: 05/01/2014.

OLIVEIRA, J.M.**Custo efetividade de políticas de redução do tamanho da classe e ampliação da jornada escolar:** uma aplicação de estimadores de matching. Rio de Janeiro: BNDES, 2010.

PEREIRA, G.C. **Uma avaliação de impacto do Programa mais educação no ensino fundamental.** Rio de Janeiro: UFRJ, 2011.

REIS, J.G.A e BARROS, R.P. **Desigualdade salarial e distribuição de educação. A evolução das diferenças regionais no Brasil,**IPEA, 1990.

SMITH, A. **A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas,** São Paulo, 1985. Nova Cultural 2º edição.

VIÑAO-FRAGO *apud* PESSANHA, E. C.; DANIEL, M. E. B. e MENEGAZZO, M. A. **Da história das disciplinas escolares à história da cultura escolar:** uma trajetória de pesquisa.Revista Brasileira de Educação, São Paulo, dez. 2004.